

Mulheres e Trabalho Remunerado no Distrito Federal



FORÇA DE TRABALHO
ESTÁVEL E RECUO DA
PARTICIPAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO

DISCRETO CRESCIMENTO
OCUPACIONAL E DECLÍNIO
DO DESEMPREGO

RENDIMENTO MÉDIO
EM ELEVAÇÃO FEZ
DESVANTAGENS
ABRANDAREM

2º semestre de 2022/2º semestre de 2021

IPEDF

DIEESE

APRESENTAÇÃO

De forma geral, as mulheres do Distrito Federal convivem com desvantagens históricas em relação aos homens no âmbito do mercado de trabalho, expressas nas diferenças contundentes entre as taxas de desemprego e os níveis de remuneração de ambos os sexos. Esta condição revela um dos mais importantes obstáculos à autonomia econômica feminina, problema que ressoa tanto no plano da insegurança que atinge parcela crescente desta população, submetida a diferentes graus de violência, quanto na ampliação da desigualdade social que caracteriza o Brasil e seus diferentes espaços regionais.

Pelo menos desde 1999, em diferentes níveis de competência governamental do país, foi desenvolvido um elenco de políticas públicas com propósito de mitigar esta realidade. O alvorecer e maturidade destas iniciativas acompanharam os bons ventos trazidos pela conjuntura externa de valorização das *commodities* brasileiras e latino-americanas, assim como da sedimentação de valores e conceitos definidos na Constituição de 1988. Este quadro, entretanto, sofreu forte alteração nos últimos anos. Desde a virada para a década recém-encerrada, o nível de atividade econômica do país declinou e mudanças de gestão orçamentária vêm estreitando o espaço de iniciativas afirmativas e focalizadas, bem como das políticas que compõem a espinha dorsal do ensaio distributivo brasileiro – Previdência, Assistência Social e Educação. Completam este quadro as mudanças no arcabouço institucional do trabalho e de delineamento do papel do Estado que vêm revertendo os marcos em que foram conquistadas a atenção para os segmentos estruturalmente mais vulneráveis, como as mulheres.

Compreendendo que estas mudanças se encontram ainda em processo - sendo fortemente impactadas pela conjuntura pandêmica - e que elas afetam diferenciadamente os mercados de trabalho regionais, este **Boletim PED-DF dedicado à inserção das mulheres no trabalho remunerado** procura identificar as mudanças e permanências trazidas para esta realidade no período recente. Compara-se, para isto, a participação feminina no mercado de trabalho, os níveis de desemprego e as alterações na estrutura ocupacional e no padrão de rendimentos, para homens e mulheres, entre os segundos semestres de 2021 e de 2022.

As informações analisadas neste Boletim compõem o banco de dados produzido mensalmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, executada no Distrito Federal pela parceria entre DIEESE e IPEDF, com base em metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação SEADE. Com isto, nossas instituições dão continuidade ao esforço feito para subsidiar os debates sobre a condição social e econômica feminina, sentido que centraliza os eventos e reflexões do **8 de março (8M)**, ressaltando que dados não examinados na presente publicação estão disponíveis nos sites institucionais.

MULHERES E TRABALHO REMUNERADO NO DISTRITO FEDERAL, EM 2022.

As informações apuradas pela PED no Distrito Federal mostram que, no comparativo entre o 2º semestre de 2021 e 2º semestre 2022, a redução generalizada do desemprego beneficiou mais as mulheres, visto que a taxa de desemprego total feminina diminuiu de 19,4% para 16,9% da respectiva PEA, enquanto a dos homens passou de 14,5% para 13,0%. Neste intervalo, o decréscimo no número de mulheres desempregadas (-12,9% ou menos -20 mil) foi motivado exclusivamente pela elevação no contingente ocupado (2,9%, ou 19 mil postos de trabalho gerados), já que a PEA permaneceu estável.

Este quadro, expressivamente determinado pela geração de postos de trabalho para a parcela feminina da Força de Trabalho, foi acompanhado de pouca alteração da estrutura ocupacional, sob a ótica das atividades econômicas. De fato, a proporção de mulheres engajadas no Setor de Serviços, ficou praticamente no patamar identificado em 2021, absorvendo mais de 80% das ocupadas. Internamente ao setor de Serviços, ocorreram apenas oscilações, exceção feita aos serviços domésticos, que apresentou retração expressiva na incorporação produtiva das mulheres. No que se refere à posição na ocupação, houve aumento do número de mulheres ocupadas no setor privado com carteira assinada e entre aquelas classificadas nas demais posições, em que estão incluídos os empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais, enquanto reduziu o contingente feminino assalariado no setor público e no trabalho autônomo. O rendimento médio real das ocupadas em 2022 cresceu em intensidade superior ao dos homens, provocando melhoria conjuntural neste quesito da inequidade estrutural entre os sexos.

O detalhamento desses e de outros indicadores é o objetivo desse Boletim Especial sobre a Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho do Distrito Federal.

NO DISTRITO FEDERAL, A FORÇA DE TRABALHO FEMININA PERMANECEU INALTERADA ENTRE 2021 E 2022.

1. No confronto entre os segundos semestres de 2021 e 2022, o número de mulheres economicamente ativas permaneceu inalterado em 803 mil trabalhadoras. No mesmo período, houve crescimento do contingente de ocupadas (2,9%, ou 19 mil), o que redundou no decréscimo do contingente feminino em desemprego (-12,9%, ou -20 mil). Para os homens, o desemprego também declinou, em que pese em menor intensidade (-12,0% ou -15 mil) e a partir de movimentos diferenciados - a PEA masculina reduziu (-1,6%, ou -14 mil) e o número de ocupados se manteve em patamar idêntico – Tabela 1.

TABELA 1

Estimativas da População Economicamente Ativa, segundo condição de atividade, e taxas de participação e de desemprego total

Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações (2º sem-2022/2º sem-2021)	
	2º semestre de 2021	2º semestre de 2022	Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (em%)
MULHERES				
População Economicamente Ativa	803	803	0	0,0
Ocupadas	648	667	19	2,9
Desempregadas	155	135	-20	-12,9
Taxas (em %)				
Participação	58,8	57,1	-	-
Desemprego total	19,4	16,9	-	-
HOMENS				
População Economicamente Ativa	862	848	-14	-1,6
Ocupados	737	737	0	0,0
Desempregados	125	110	-15	-12,0
Taxas (em %)				
Participação	73,2	72,1	-	-
Desemprego total	14,5	13,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

2. Os movimentos distintos da PEA e da ocupação para homens e mulheres, refletidos no descenso mais acentuado do desemprego feminino, contribuiu para reduzir a distância entre as taxas de desemprego entre os sexos. Por outro lado, ainda que os movimentos da PEA feminina e masculina tenham sido distintos, ocorreu decréscimo generalizado das taxas de participação,

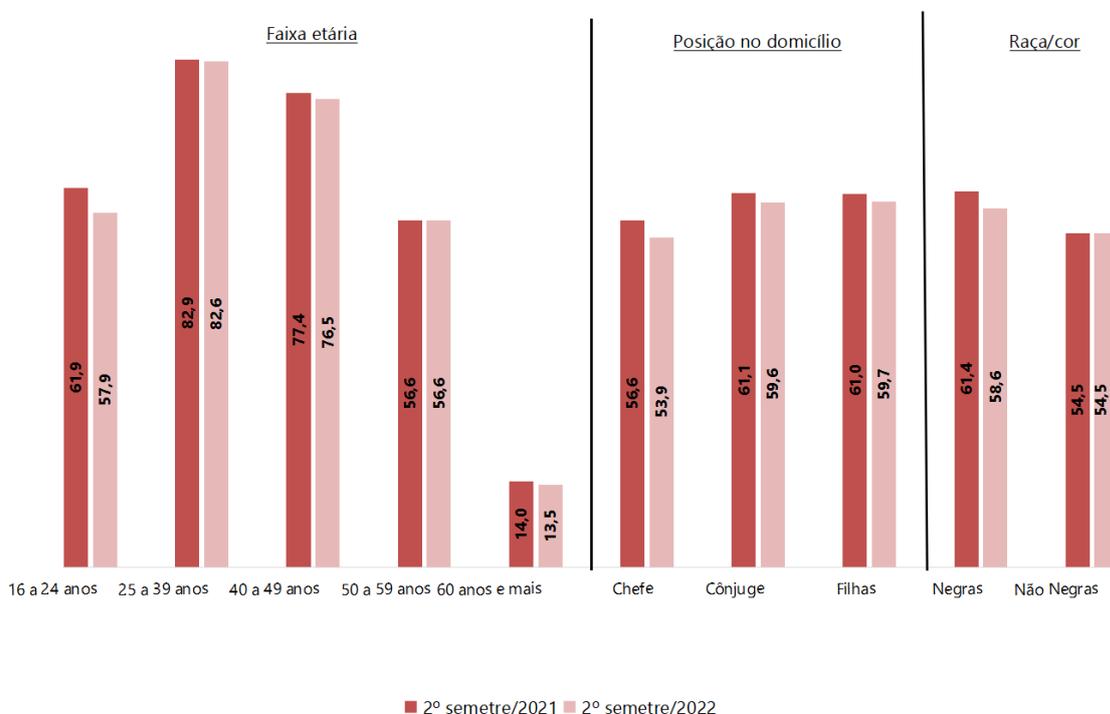
que passaram de 58,8% para 57,1% e de 73,2% para 72,1%, em relação às respectivas Populações em Idade Ativa, no período analisado - Tabela 1.

3. O exame das taxas de participação feminina, segundo coortes de idade, mostra decréscimo da presença feminina nas faixas etárias daquelas com idade de 16 a 24 anos (61,9% para 57,9%), de 40 a 49 anos (77,4% para 76,5%) e de 60 anos e mais (14,0% para 13,5%). Para a faixa etária de 25 a 39 anos, a taxa de participação variou ligeiramente de 82,9% para 82,6%, enquanto permaneceu estável em 56,6% a daquelas de 50 a 59 anos, no intervalo entre os 2º semestres de 2021 e de 2022 - Gráfico 1.

4. No que se refere à posição no domicílio, decresceu a taxa de participação das mulheres que desempenham a função de principais responsáveis ou chefes em suas residências (56,6% para 53,9%) e, com menor intensidade, daquelas que se declaram cônjuges (61,1% para 59,6%), enquanto pouco variou para as que ocupavam a posição de filhas (61,0% para 59,7%). Entre os segundos semestres de 2021 e de 2022, a taxa de participação das mulheres negras reduziu (61,4% para 58,6%), enquanto a das não negras permaneceu estável em 54,5% da respectiva PIA - Gráfico 1.

GRÁFICO 1

Taxas de participação feminina, segundo atributos pessoais Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF
Notas: Negros = pretos + pardos; Não-Negros = brancos + amarelos + indígenas.

DESEMPREGO DIMINUIU MAIS PARA AS MULHERES, LEVANDO À REDUÇÃO DA DIFERENÇA DAS TAXAS DE DESEMPREGO ENTRE OS SEXOS

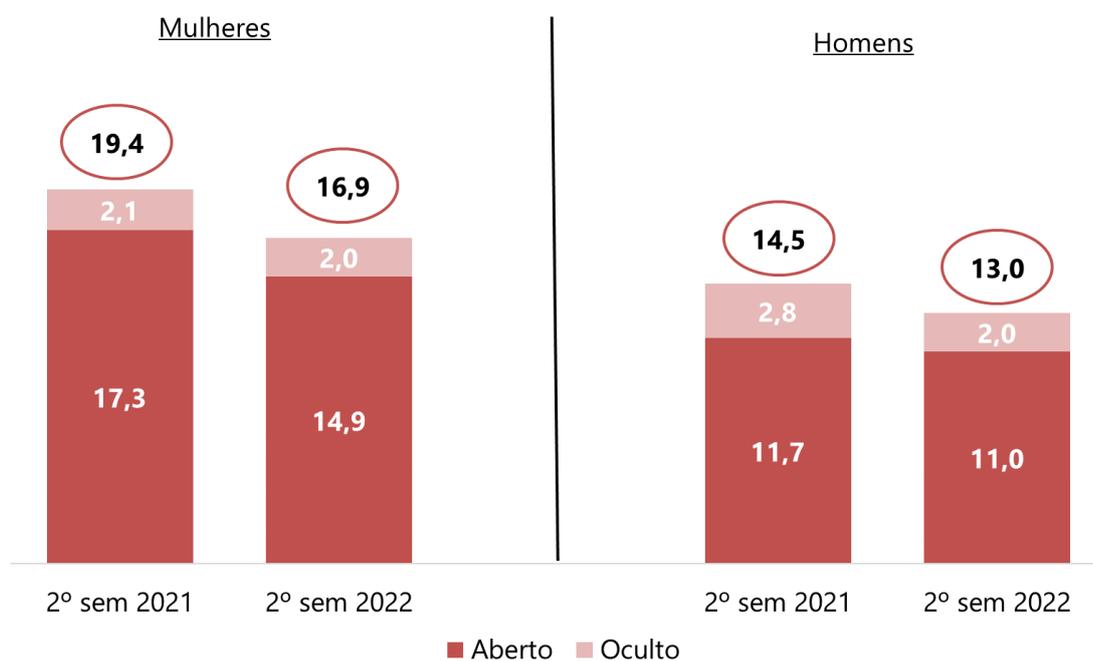
5. Entre o segundo semestre de 2021 e igual período de 2022, a taxa de desemprego total diminuiu para as mulheres, passando de 19,4% para 16,9% da PEA feminina, refletindo o recuo da proporção em desemprego aberto, que passou de 17,3% para 14,9%, visto que a taxa de desemprego oculto ficou relativamente estável ao passar de 2,1% para 2,0%.

6. O descenso da taxa de desemprego feminina resultou na redução da desvantagem preexistente vivenciada pelas mulheres, haja vista que, para os homens, a taxa de desemprego total reduziu com menor intensidade, ao passar de 14,5% para 13,0%. O declínio na taxa de desemprego total masculina foi ensejado pela retração das taxas de desemprego aberto e oculto, que passaram de 11,7% para 11,0%, e de 2,7% para 2,0%, respectivamente - Gráfico 2.

GRÁFICO 2

Taxas de desemprego por tipo, segundo sexo

Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022 (%)

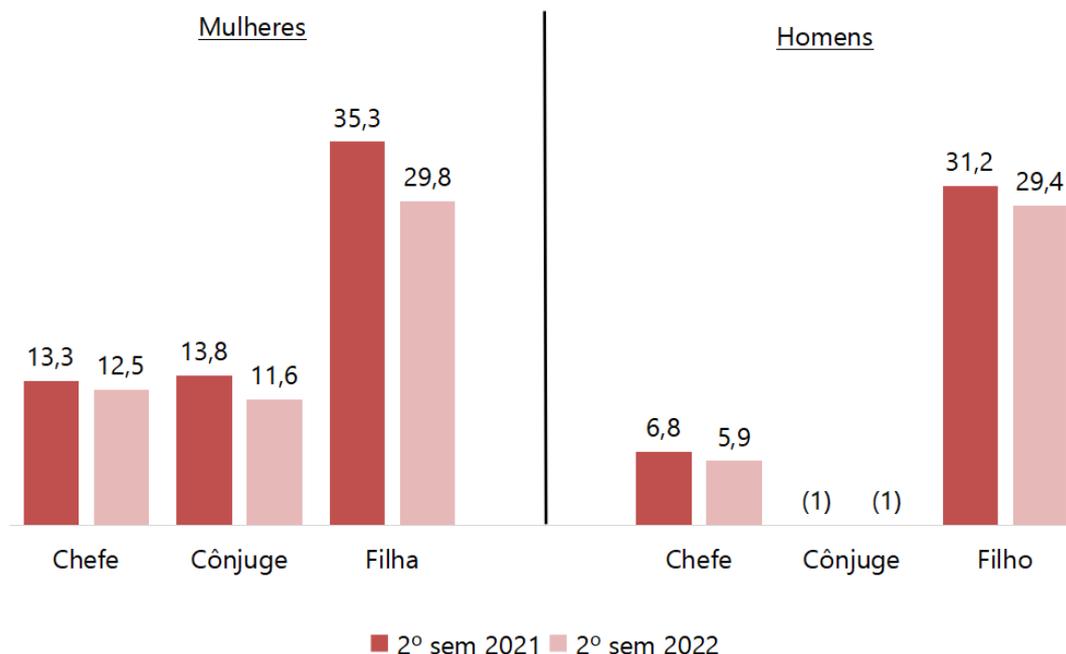


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

7. A taxa de desemprego das mulheres responsáveis pelo domicílio diminuiu de modo menos acentuado do que a retração observada dentre cônjuges e filhas – cujos patamares passaram de 13,3% para 12,5%; 13,8% para 11,6%; e, de 35,3% para 29,8%, respectivamente. Para os homens em inserções domiciliares análogas, o declínio do desemprego ocorreu tanto para os chefes, (de 6,8% para 5,9%), quanto para os filhos, para os quais a proporção em desemprego recuou de 31,2% para 29,4%, no período analisado - Gráfico 3.

GRÁFICO 3

Taxas de desemprego por posição no domicílio, segundo sexo
Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF
Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ESTRUTURA OCUPACIONAL FEMININA APRESENTA MUDANÇAS SOB A PERSPECTIVA DAS FORMAS DE INSERÇÃO

8. Entre os segundos semestres de 2021 e 2022, a elevação do número de mulheres ocupadas (2,9%) produziu poucas alterações ao nível das grandes divisões setoriais do trabalho remunerado feminino. Houve oscilação positiva na inserção das mulheres no setor de Serviços (80,6% para 80,8%) e relativa estabilidade no Comércio e reparação (15,0% para 14,9%) e na Indústria de transformação (2,6% para 2,5%). Entre os homens, houve ligeiro aumento no setor de Serviços (64,4% para 64,7%) e no Comércio e reparação (19,0% para 19,3%), descenso na Construção (10,8% para 9,9%) e estabilidade da participação na Indústria de Transformação (4,0%) - Tabela 2.

TABELA 2

**Distribuição dos ocupados por setores de atividade econômica dos ocupados, segundo sexo
Distrito Federal – 2º semestre 2021 e 2º semestre de 2022 (%)**

Períodos	Total	Indústria de Transformação (1)	Construção (2)	Comércio e reparação (3)	Serviços (4)
MULHERES					
2º semestre 2021	100,0	2,6	(6)	15,0	80,6
2º semestre 2022	100,0	2,5	(6)	14,9	80,8
HOMENS					
2º semestre 2021	100,0	4,0	10,8	19,0	64,4
2º semestre 2022	100,0	4,0	9,9	19,3	64,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: (1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4). (5) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

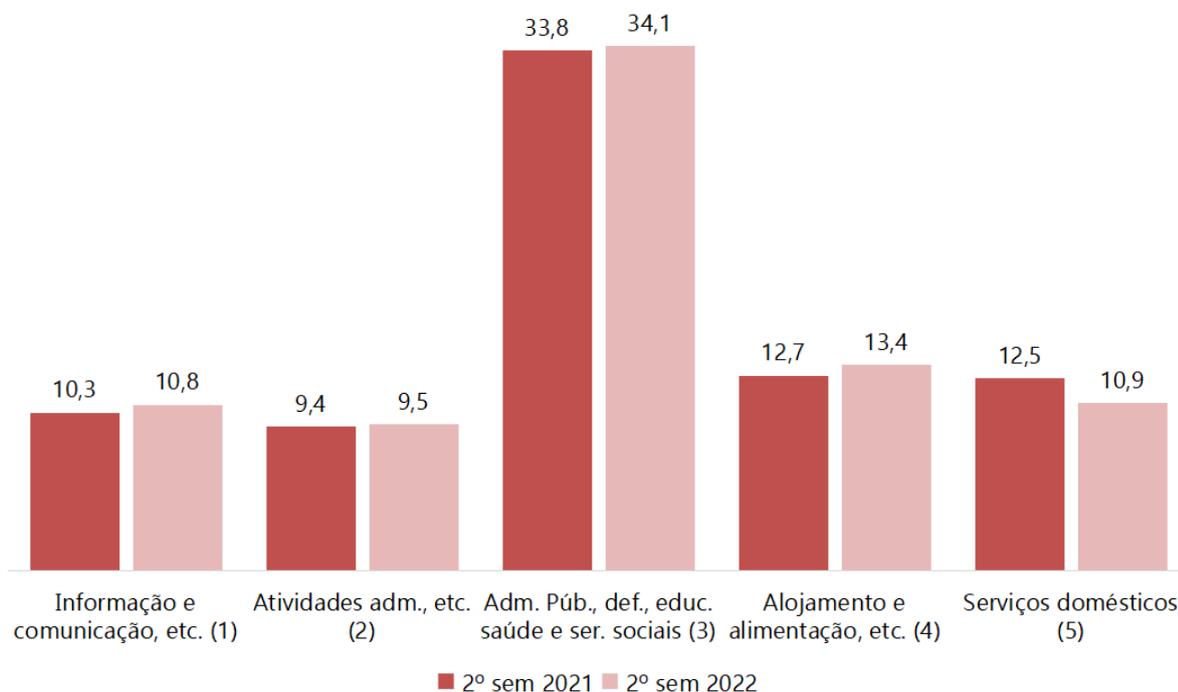
9. No 2º semestre de 2022, quatro em cada cinco ocupadas do Distrito Federal eram absorvidas pelo setor de Serviços. Neste heterogêneo agrupamento produtivo, entretanto, os lugares ocupados pelas mulheres revelam os contornos e dinâmicas da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, compreende-se a preponderância feminina nas atividades da Administração pública, defesa e seguridade social; no segmento da Educação, Saúde humana e Serviços sociais, chegando a ultrapassar 1/3 da ocupação feminina no Distrito Federal. No período analisado, verificou-se que a proporção de mulheres ocupadas na Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais aumentou de 33,8%, no 2º semestre de 2021, para os atuais 34,1%. Igualmente, houve elevações da presença de mulheres em trabalhos reunidos sob o escopo setorial de Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (12,7% para 13,4%) e no de Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (10,3% para 10,8%).

10. Por outro lado, o único segmento com dados disponíveis a apresentar retração da proporção feminina ocupada foram os Serviços domésticos (12,5% para 10,9%), enquanto ficou relativamente estável a participação no de Atividades administrativas e serviços complementares (9,4% para 9,5%) - Gráfico 4 e Tabela 8 do Anexo Estatístico.

GRÁFICO 4

Proporção de mulheres ocupadas em segmentos de atividade econômica selecionados dos serviços

Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: (1) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

11. A evolução do nível ocupacional, apresentada no Gráfico 5, deixa explícito os impactos das mudanças institucionais e da crise econômica e sanitária, caracterizadores dos últimos anos da sociedade brasileira, sobre as condições gerais da ocupação das mulheres. Sobre o nível ocupacional agregado feminino, verifica-se que pouco se alterou entre 2016 e o 1º semestre de 2018, para experimentar uma ascensão no semestre em que as diretrizes da Reforma Trabalhista passaram a ser adotadas (2º semestre de 2018) e iniciar uma trajetória descendente estendida até o auge do período pandêmico (1º semestre de 2020). A partir do 2º semestre de 2020, o nível ocupacional das mulheres vem crescendo.

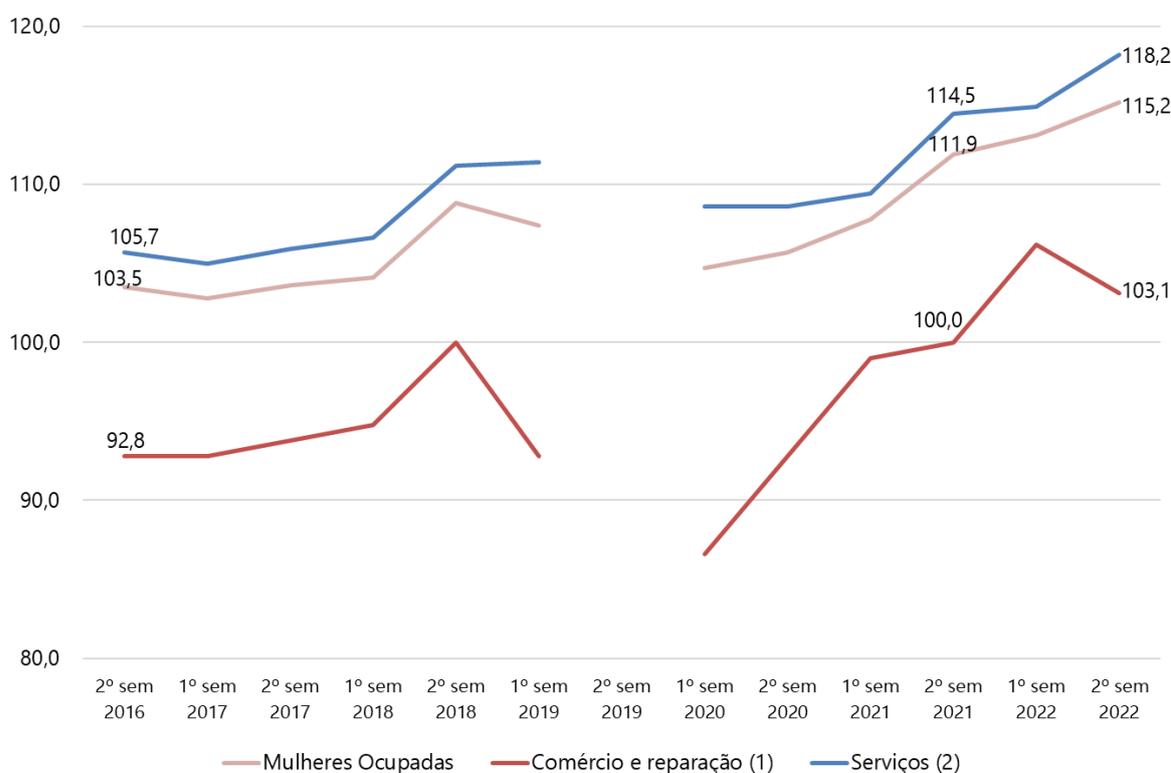
12. Setorialmente, observa-se que os níveis ocupacionais femininos no setor de Serviços e do Comércio e reparação acompanharam em linhas gerais a trajetória da ocupação geral, em que pese com algumas distinções dignas de nota: a absorção de trabalhadoras no Comércio, além de se dar em menor volume, foi mais volátil; no Setor de Serviços, manteve-se em patamar superior e assumiu variações mais brandas. No período recente, verifica-se que a inserção produtiva feminina cresceu entre os segundos semestres de 2021 e 2022 nos dois segmentos produtivos com intensidades similares, 3,7% nos Serviços e 3,1% no Comércio.

GRÁFICO 5

Índices do nível de ocupação das mulheres ocupadas, segundo setores de atividade econômicos selecionados.

Distrito Federal – 2º semestre de 2016 a 2º semestre de 2022

Base 100 – média do 1º semestre de 2012



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: Devido à interrupção da coleta, não há dados disponíveis para o 2º semestre de 2019.

Os dados para o 1º semestre de 2020 correspondem ao período de fevereiro a junho de 2020.

(1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

13. Na análise da estrutura ocupacional feminina por tipo de inserção, observou-se crescimento da proporção empregada no setor privado (45,4% para 46,7%), determinada pelo aumento da contratação com carteira de trabalho assinada (38,7% para 39,7%) e complementada pela variação positiva na presença do emprego assalariado sem carteira de trabalho (6,7% para 7,0%), entre os 2º semestres de 2021 e 2022. A importância do emprego assalariado no setor público reduziu para as mulheres (de 21,5% para 20,9%), assim como decresceu a proporção ocupada nos serviços domésticos (12,5% para 10,9%), espaço de trabalho tipicamente feminino e vulnerável. Também foi registrado descenso na absorção de mulheres no trabalho autônomo (13,6% para 12,9%).

14. Para os homens, cresceu a proporção de trabalhadores absorvidos pelo assalariamento privado com carteira de trabalho assinada (39,0% para 40,0%), oscilação negativa no percentual de ocupados sem carteira (8,0% para 7,8%) e positiva no setor público (21,7% para 21,9%). Por sua vez, a proporção de homens ocupados no trabalho autônomo apresentou

ligeira elevação, passando de 20,9% para 21,2%, no período analisado - Tabela 3.

TABELA 3

**Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo sexo
Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022 (%)**

Períodos	OCUPADOS								
	TOTAL	Assalariados (1)					Trabalhadores Autônomos	Empregados domésticos	Demais (3)
		Total	Setor Privado		Setor público (2)				
		Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada					
MULHERES									
2º semestre 2021	100,0	66,9	45,4	38,7	6,7	21,5	13,6	12,5	7,1
2º semestre 2022	100,0	67,6	46,7	39,7	7,0	20,9	12,9	10,9	8,5
HOMENS									
2º semestre 2021	100,0	68,7	47,0	39,0	8,0	21,7	20,9	(4)	9,9
2º semestre 2022	100,0	69,7	47,8	40,0	7,8	21,9	21,2	(4)	8,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: (1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (Governos Municipal, Estadual, Federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (4) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

15. Do ponto de vista da posição ocupacional, percebe-se que os ajustes decorrentes da Reforma Trabalhista e declínio da atividade econômica, entre o 2º semestre de 2016 e de 2021, conviveram com o parco crescimento do assalariamento privado com carteira de trabalho assinada, de um lado, e com o aumento expressivo do trabalho autônomo, de outro, independentemente do sexo dos ocupados. As alterações ocupacionais ocorridas em seis anos no Distrito Federal, segundo a perspectiva de sexo, são retratadas no Gráfico 6.

16. Dentre as mulheres, as evoluções do assalariamento privado com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do trabalho autônomo revelaram trajetórias similares até o 1º semestre de 2019. A partir do início da COVID (1º semestres de 2020), essas duas formas de inserção seguiram em elevação até o 1º semestre de 2022, todavia, com intensidade expressivamente maior na ocupação autônoma. No comparativo mais recente, entre o 2º semestre de 2022 e o mesmo período de 2021, o emprego com carteira assinada manteve-se em elevação, enquanto a inserção autônoma declinou, mas, ainda assim, essa última ficou num patamar apenas inferior aos observados nos dois semestres anteriores. De fato, ao comparar o 2º semestre de 2022 a igual semestre de 2016, verifica-se que a ocupação autônoma feminina cresceu 41,4 pontos percentuais.

17. Por sua vez, a inserção nos serviços domésticos chegou ao nível mais baixo na passagem do 1º para o 2º semestre de 2020, apontando o quanto a fase mais crítica da Pandemia impactou neste tipo de inserção. Desse período até o 2º semestre de 2022, os serviços

domésticos retraíram apenas no 1º semestre de 2021, contudo, ainda assim, chegou ao último semestre em análise sob um patamar de ocupação deprimido. Já, o emprego assalariado no setor público, oscilou períodos de crescimento e retração moderados até o 1º semestre de 2019, e alcançou o mais baixo nível ocupacional no 1º semestre de 2021, mostrando recuperação nos dois períodos seguintes, e decrescendo no último semestre em análise.

18. O que fica explícito, a partir da observação da trajetória ocupacional das mulheres, por forma de inserção, no período compreendido entre os 2º semestres de 2016 e de 2022, é que a crise econômica atingiu menos o emprego doméstico e mais os demais tipos de inserção. Já, os impactos negativos da crise por COVID-19 recaíram, principalmente, sobre o emprego no setor público e mais intensamente na ocupação doméstica. Por outro lado, a absorção do contingente expulso dessas duas inserções se deu menos no setor privado com carteira assinada, mas, sobretudo na atividade autônoma, que cresceu vertiginosamente - Gráfico 6.

19. Entre a população masculina ocupada do Distrito Federal, a evolução do nível ocupacional com carteira de trabalho assinada e a inserção autônoma apresentaram trajetórias análogas até o 1º semestre de 2019, porém, com movimentos mais intensos para o trabalho autônomo. No 1º semestre de 2020, o emprego formalizado no setor privado experimentou o mais baixo patamar de todo o período em análise, crescendo de forma constante e moderada, até o 2º semestre de 2022, quando chegou a um patamar que, apesar de baixo, superou os percentuais observados nos semestres anteriores. Já a ocupação autônoma cresceu num ritmo tão acelerado, entre o 1º e o 2º semestre de 2020, que praticamente traçou uma linha vertical, como mostra o Gráfico 6. A partir daí, o volume de homens no trabalho autônomo oscilou, à semelhança do ocorrido dentre as mulheres, chegando no 2º semestre de 2022 bastante elevado.

20. Por fim, verifica-se que a inserção masculina no emprego público sofreu intenso impacto no período pandêmico (1º semestres de 2020 e de 2021), mas apresentou recuperação a partir do 1º semestre de 2022, mantendo-se em patamar estável no período recente.

21. Não é demais destacar que essas mudanças nas estruturas ocupacionais de mulheres e homens com aumento significativo do segmento autônomo, tende a elevar a precariedade das inserções de ambos, na medida em que, de modo geral, os rendimentos auferidos e as garantias trabalhistas e sociais são menores.

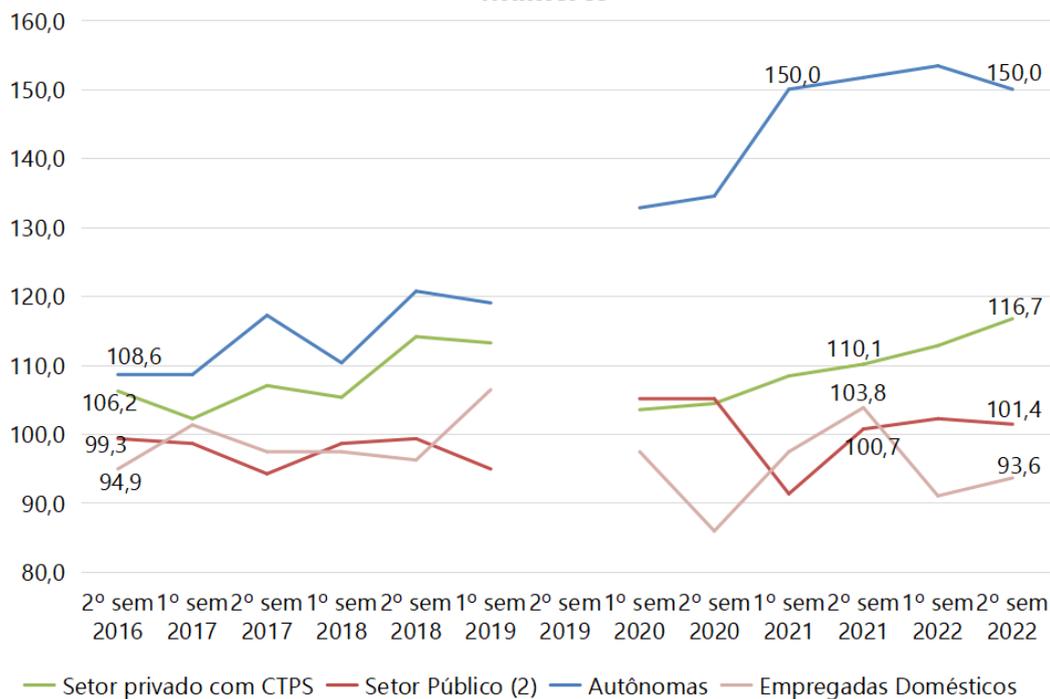
GRÁFICO 6

**Índices do nível de ocupação dos ocupados, segundo posições ocupacionais selecionadas e por sexo
MULHERES E TRABALHO REMUNERADO NO DF**

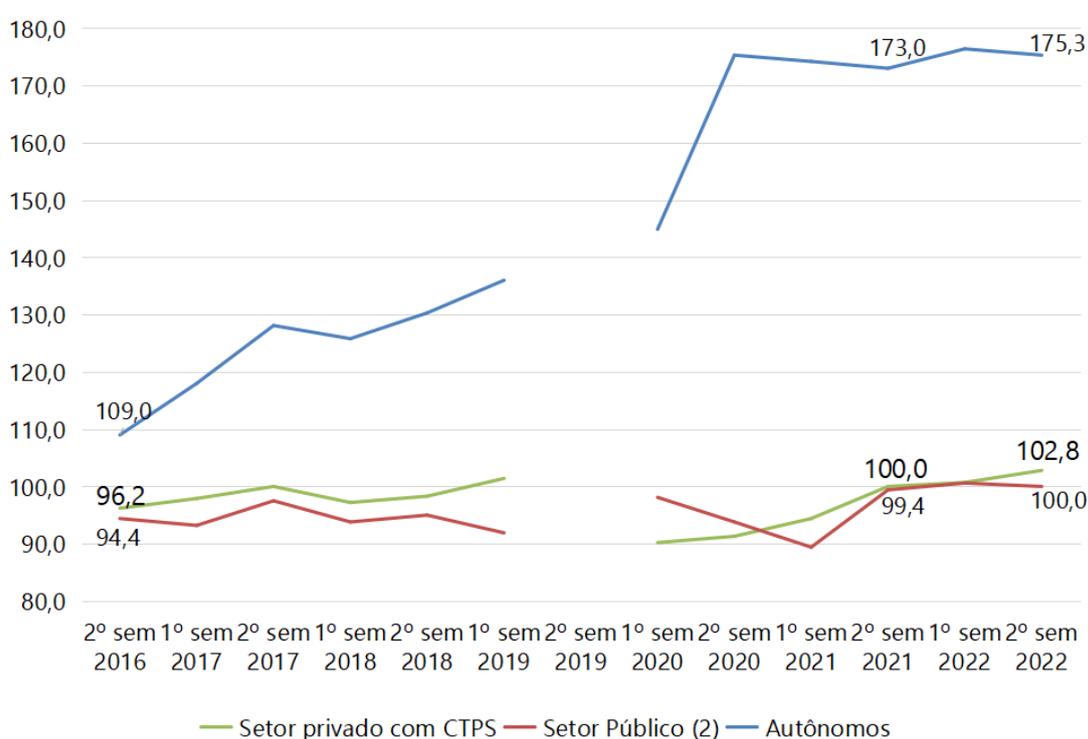
Distrito Federal – 2º semestre de 2016 a 2º semestre de 2022 (%)

Base 100 – média do 1º semestre de 2012

Mulheres



Homens



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: Os dados para o 1º semestre de 2020 correspondem ao período de fevereiro a junho de 2020.

Devido a interrupção da coleta, não há dados disponíveis par o 2º semestre de 2019.

AUMENTO MAIS ACENTUADO DO RENDIMENTO MÉDIO PARA AS MULHERES RESULTOU EM RECUO DA DESIGUALDADE DE GANHOS ENTRE OS SEXOS

22. Entre o 2º semestre de 2021 e o mesmo semestre de 2022, o rendimento médio real auferido pelas mulheres ocupadas aumentou (3,3%) em intensidade superior à observada para os homens (1,4%). Em valores monetários, as remunerações passaram a equivaler a R\$ 3.560 e R\$ 4.604, respectivamente. – Tabela 4. .

23. O crescimento do rendimento médio real das mulheres refletiu os acréscimos de 10,7% na remuneração auferida no assalariamento privado com carteira de trabalho assinada e de 12,5% no rendimento médio do trabalho autônomo. Essas elevações foram suficientes para absorver o impacto da redução de 4,9% do salário no setor público. Em valores monetários, a remuneração das assalariadas no setor privado com CTPS, empregadas no setor público e inseridas no trabalho autônomo ficaram, respectivamente, em R\$ 2.394, R\$ 8.193 e R\$ 2.096, no 2º semestre de 2022.

TABELA 4

Rendimento médio real⁽¹⁾ dos ocupados no trabalho principal, segundo posição na ocupação e sexo

Distrito Federal – 2º semestre de 2021 e 2º semestre de 2022

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Real (em R\$)				Variação (em %)		Rendimento Médio das Mulheres em relação ao dos homens (%)	
	Mulheres		Homens		2º sem-2022/2º sem-2021		2º sem 2021	2º sem 2022
	2º sem 2021	2º sem 2022	2º sem 2021	2º sem 2022	Mulheres	Homens		
Total dos Ocupados (2)	3.446	3.560	4.541	4.604	3,3	1,4	75,9	77,3
Assalariados (3)	4.020	3.955	4.719	4.736	-1,6	0,4	85,2	83,5
Setor Privado	2.151	2.376	2.471	2.729	10,5	10,4	87,0	87,1
Com carteira assinada	2.163	2.394	2.561	2.822	10,7	10,2	84,5	84,8
Sem carteira assinada (5)	(5)	(5)	1.975	2.213	-	12,1	-	-
Setor Público (4)	8.618	8.193	10.614	10.261	-4,9	-3,3	81,2	79,8
Trabalhadores Autônomos	1.863	2.096	2.602	2.845	-12,5	9,3	71,6	73,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: (1) Inflator utilizado - INPC/DF-IBGE. Valores em reais de novembro de 2022.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(4) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

24. Sob a perspectiva das formas de inserção ou da posição na ocupação, registra-se que as mulheres ocupadas do Distrito Federal, histórica e generalizadamente, recebem rendimentos inferiores aos dos homens. A observação conjuntural revelou, sobretudo, a permanência deste quadro e suas nuances. Desta forma, conforme valores identificados no 2º semestre de 2022,

esta desvantagem foi menor no assalariamento com carteira de trabalho assinada, inserção em que elas recebiam, em média, 84,8% do rendimento masculino, e maior no trabalho autônomo, condição em que a média dos ganhos femininos alcançava 73,7% dos masculinos, enquanto no setor público o valor médio recebido pelas mulheres alcançava 79,8% do rendimento auferido pelos homens. Quando confrontadas com o 2º semestre de 2021, estas relações apresentaram melhoria mais significativa na inserção autônoma e mais discreta no setor privado com carteira assinada. Por outro lado, houve piora no assalariamento no setor público.

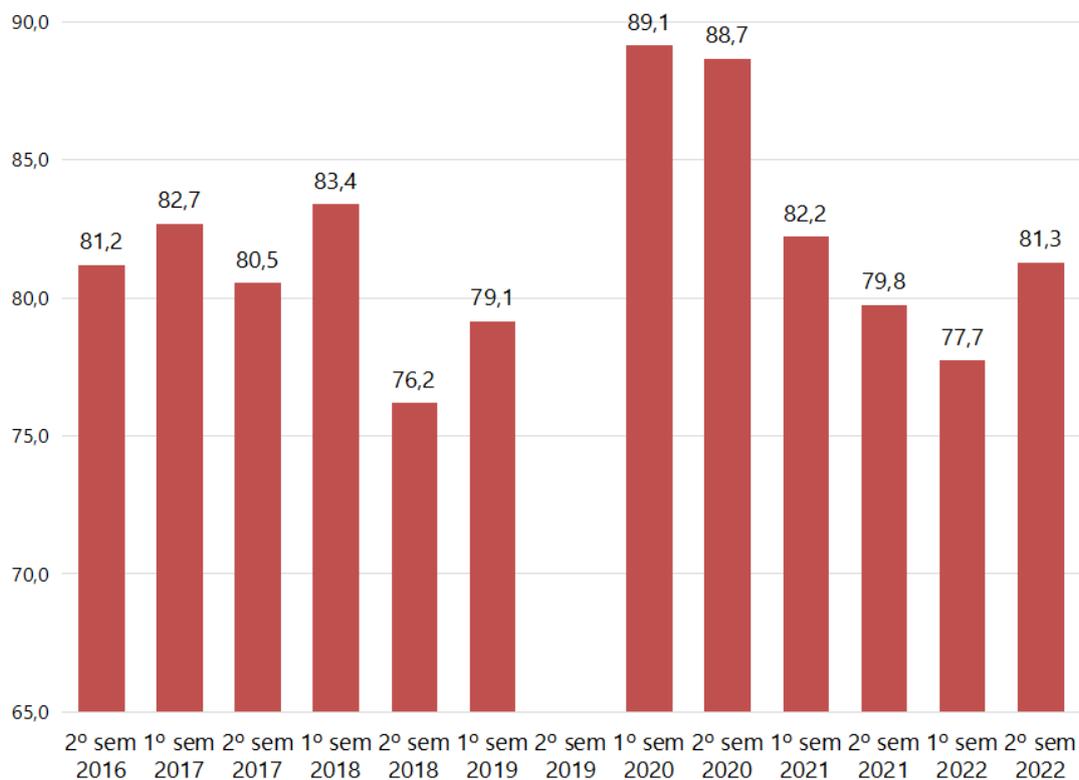
25. As diferenças existentes entre ganhos laborativos de homens e mulheres ficam mais nítidas com a eliminação das distinções das jornadas de trabalho, que, de modo geral, são menores para as mulheres. Nestas bases, mediante o acompanhamento dos rendimentos por hora dos últimos seis anos, ficou evidenciada a existência de demarcada sazonalidade semestral no comportamento dos diferenciais de remuneração entre os sexos. Até o 1º semestre de 2020, a proporção de rendimentos auferidos por hora pelas mulheres em relação aos dos homens costumava se elevar na primeira parte do ano, amenizando a disparidade entre os sexos. Esta realidade foi alterada no transcurso da pandemia COVID, com tênue recuo da desigualdade nos segundos semestres de 2020 e de 2021, comparativamente aos respectivos primeiros seis meses de cada ano. Em 2022, entretanto, o padrão tradicional voltou a vigorar – no primeiro semestre do ano o rendimento por hora do contingente feminino do Distrito Federal correspondia, em média, a 77,7% do auferido pelos homens; no segundo semestre, este percentual foi de 81,3% - Gráfico 7.

26. A par de comportamentos sazonais, o que causa espécie é a tendência recente deste indicador. Afinal, o percentual da remuneração hora feminina relativa à dos homens embora tenha se elevado no 2º semestre de 2022, comparativamente a igual período do ano passado, excetuando-se o caráter atípico do auge da pandemia, mantém-se superior apenas ao identificado no 2º semestre de 2018, fase aguda da crise econômica - Gráfico 7.

GRAFICO 7

Proporção do rendimento médio real por hora das mulheres ocupadas em relação ao rendimento médio real dos homens

Distrito Federal – 2º semestre de 2016 a 2º semestre de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: Os dados para o 1º semestre de 2020 correspondem ao período de fevereiro a junho de 2020.

(1) Devido à interrupção da coleta, não há dados disponíveis par o 2º semestre de 2019.

PRINCIPAIS CONCEITOS

População em Idade Ativa (PIA) - População em Idade Ativa - população com 14 anos e mais.

População Economicamente Ativa (PEA) - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que: (a) possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e (c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos - (maiores de 14 anos) - parcela da PIA que não está ocupada, nem desempregada.

NOTAS TÉCNICAS

Nota Técnica Nº 1– Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED no Distrito Federal — jan./2020.

Com base na atualização das projeções populacionais do Distrito Federal, realizada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE) em 2018, a Supervisão Metodológica da Pesquisa de Emprego e Desemprego/DIEESE ajustou as séries de informações da PED-DF, apresentadas como estimativas do número absoluto de pessoas. A revisão feita em janeiro de 2020 implicou na alteração das séries referentes às estimativas de População Total, População em Idade Ativa de 14 anos e mais, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com 14 anos e mais, além das séries relacionadas às estimativas de Desempregados por tipo de desemprego e de ocupados por setor de atividade, ramo de atividade e posição na ocupação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha Barros Junior – Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Thales Mendes Ferreira – Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

Ney Ferraz Júnior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF

Manoel Clementino Barros Neto – Diretor-Presidente

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - IPEDF

Clarissa Jahns Schlabitiz – Diretora Técnica

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - IPEDF

Jusçânio Umbelino de Souza - Coordenador

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE

Maria Aparecida Faria - Presidente

Fausto Augusto Junior - Diretor Técnico

Patricia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

Mariel Angeli Lopes – Supervisora do Escritório Regional – DF

Fernando Junqueira – Secretaria de Projetos

Lucia Garcia – Técnica Responsável

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica – Adalgiza Lara (DIEESE); Jusçânio Umbelino de Souza (IPEDF)

Coordenação de Campo: Violeta Hristov (DIEESE)

Amostra e Controle de Qualidade – Tonphson Luiz Haussler Ramos, Marcos Antônio de Jesus Costa, Elita Gurgel de Freitas Filha, José Wilson dos Santos, Diana Gomes Lopes, Ana Paula Sperotto, Marina Rodrigues (DIEESE). Ana Selmia Gonçalves, André Luís Bernardes Fonseca, Denise Farias, Maria Glauci Gomes Pessoa, Maria Teresa Botelho de Sousa, Mariza Gomes de Oliveira Ribeiro, Maryangela Oliveira, Roberto Gianni (IPEDF).

Estatísticos Responsáveis: Edgard Rodrigues Fusaro (DIEESE); Frederico Lara de Souza e Mirian Francisca Silva Chaves Ferreira, Érica Lima Ambrósio (IPEDF).

Análise de dados - Ana Margaret Simões, Lucia Garcia (DIEESE).

COLETA DE DADOS

A aplicação do questionário da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal e em municípios da Periferia Metropolitana de Brasília é realizada pela **Empresa - Foco – Opinião e Mercado**, que mantém a seguinte equipe:

Gerência de Campo: Hilda Martins Sobral

Supervisores: Aparecida Silva de Melo, Eloisa Muniz Portela, Maria Aldina Coelho de Sousa, Rosângela Cristina Matias de Souza (PED-Distrito Federal), Beatriz Martins Sobral (PED-Periferia Metropolitana de Brasília)

Entrevistadores - Amândio Alves da Silva, Antônia Gurgel, Antônio Alves Gomes, Bernadete Maria de Oliveira, Carlos Alves de Faria, Diana Michele de Sousa, Elaine Cristina Ferreira, Elaine Lima Brito dos Santos,, Jerusa do Nascimento Bastos, Lislayne da Silva Nascimento, Lucimar de Souza Lima, , Maria Delza Souza Reis, Ozinei Lopes Gama, Sonia Maria Ferreira do Amarante, Viviane Sousa Petroceli, Wanderlúbia de Campos Naous. (Distrito Federal), Adriano Leite Souza, Cícera Bernadete, Nordania Sousa, Roberto César Jacaúna, (Periferia Metropolitana de Brasília)

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NO DISTRITO FEDERAL – PED-DF

Metodologia

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Convênio Regional

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Mais informações:

www.dieese.org.br/analiseped e www.ipedf.df.gov.br